



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins

**Coordenadoria da Defesa dos Interesses Individuais Homogêneos, Coletivos e
Difusos**

ATA DE REUNIÃO - INQUÉRITO CIVIL 0795/2008

Aos 15 (quinze) dias do mês de junho do ano de 2012 (dois mil e doze), às 14h30min, no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, localizada no SEPN Quadra 513, Edifício Imperador, 3º andar, Brasília-DF, compareceram, representando a empresa **Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO**, o Sr. **Jorge Benjamim de Azevedo**, RG nº 3588734 IFP RJ, acompanhado do advogado Dr. **Osmar Reis Lima Junior**, OAB-MG 94418, representando a **Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços em Informática e Similares - FENADADOS** a Sra. **Telma Maria de Castro Dantas**, RG nº 8903004000892 SSP-CE e representando a **Organização por Local de Trabalho - OLT**, a Sra. **Rosa Maria Monteiro de Barros**, RG nº 3368005 SSP-SP, perante o Exmo. Procurador do Trabalho, Dr. **Joaquim Rodrigues Nascimento**.

Aberta a audiência, e após os esclarecimentos necessários, a representante da OLT declarou: que atualmente são cerca de 900 anistiados; que tais anistiados prestam serviços ao SERPRO em todo Território Nacional, sendo que boa parte deles prestam serviços em outros órgãos do governo; que a Anistia iniciou em 2004; que o anistiados exercem três tipos de cargos: auxiliar, técnico e analista; que a maioria deles são auxiliares, quase 70%; que com relação à denúncia, os problemas relacionados com uso de crachá, acesso às dependências da empresa e participação no APA (Ação de Preparação de Aposentadoria), foram solucionados satisfatoriamente; que com relação aos demais tópicos (salário e plano de saúde), ainda não foram solucionados; que, entretanto, o SERPRO constituiu uma comissão para estudar os aspectos salariais e de plano de saúde; que há também uma comissão permanente com a participação da FENADADOS e da CNDAESP/ OLT com a finalidade de discutir todas as questões da denúncia; com relação à questão salarial, a comissão está analisando a situação de cada anistiado; que a comissão tem um prazo de até trinta dias, que se encerra no dia 29 de junho; que há uma outra comissão para analisar a questão do plano de saúde, mas, a OLT tem restrições quanto ao que vem sendo decidido pelo SERPRO, razão pela qual solicita prazo de 15 (quinze) dias para que possa se manifestar a respeito dos



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Estado do Tocantins

aspectos salariais e do plano de saúde.

Deferida a solicitação.

As partes serão notificadas, a critério do Procurador que conduz o presente feito para nova audiência.

Nada mais a audiência foi encerrada às 15h43min.

Joaquim Rodrigues Nascimento
Procurador do Trabalho

Jorge Benjamim de Azevedo
RG nº 3588734 IFP RJ
SERPRO

Osmar Reis Lima Junior
OAB-MG 94418
SERPRO

Telma Maria de Castro Dantas
RG nº 8903004000892 SSP-CE
FENADADOS

Rosa Maria Monteiro de Barros
RG nº 3368005 SSP-SP
OLT

Iuri Amorim Campelo
Secretário da Audiência